



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

TERMO DE FOMENTO Nº 14/2024

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE LORENA/SP E A ACADEMIA LORENENSE DE LETRAS E ARTE
- ALLARTE**

O **MUNICÍPIO DE LORENA/SP**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sylvio Ballerini, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 5.081.008-X, órgão expedidor SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 581.400.348-00, e pelo Secretário de Cultura, Leandro de Oliveira Marques Meirinho, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 15.159.022, órgão expedidor SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 102.752.967-41, doravante denominada **ENTIDADE PARCEIRA**, e a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** denominada Academia Lorenense de Letras e Arte - Allarte, inscrita no CNPJ sob o nº 22.332.158/0001-00, com sede na cidade de Lorena/SP, no endereço: Rua Dona Noemia Areco, 132 – Vila da Figueira – Lorena – CEP 12.600-460, doravante denominada **OSC PARCEIRA**, neste ato representada pelo seu Dirigente, Ildebrando Pereira da Silva, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 15.159.022, inscrito no CPF sob o nº 788.032.338-49, **RESOLVEM** celebrar este Termo de Fomento, com fundamento no disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e no Decreto Municipal nº 7.095 de 03 de agosto de 2017, consoante o Processo Administrativo nº 6973/2023 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo, decorrente de Chamamento Público Inexigível, nos termos do art. 29 c/c 31, II da Lei nº 13.019/14, tem por objeto garantir o fomento com a cultura cumprindo com eficiência e efetividade as atividades propostas no Plano de Trabalho. Emenda Impositiva 76, Leis 4025/2024 e 4170/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO



Lorena
P R E F E I T U R A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERCEIRO SETOR

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes se obrigam a cumprir fielmente o Plano de Trabalho anexo, elaborado pela OSC PARCEIRA, na forma do art. 22 da Lei nº 13.019/2014, e aprovado pela ENTIDADE PARCEIRA, parte integrante e indissociável do presente Termo, independente de transcrição, bem assim como toda documentação técnica que dele resulte.

Parágrafo Primeiro. O Plano de Trabalho da parceria poderá ser alterado, mediante termo aditivo, desde que não haja alteração do objeto da parceria, consoante disposto na Cláusula Décima deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações e responsabilidades dos parceiros, além dos outros compromissos assumidos neste Termo e os previstos na Lei nº 13.019/2014 e suas alterações:

I – DA ENTIDADE PARCEIRA - MUNICÍPIO:

- a) publicar, no Diário Oficial, extrato deste Termo;
- b) transferir à OSC PARCEIRA os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo, de acordo com a programação orçamentária e financeira e obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho;
- c) prestar o apoio necessário e indispensável à OSC PARCEIRA para que seja alcançado o objeto deste Termo em toda a sua extensão e no tempo devido;
- d) monitorar e avaliar o cumprimento do objeto deste Termo, dentre outros meios, por meio de diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;
- e) designar servidor para a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Termo e do Plano de Trabalho que lhe é parte integrante;
- f) comunicar à OSC PARCEIRA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;



Lorena
P R E F E I T U R A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERCEIRO SETOR

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

- g) reter a liberação dos recursos financeiros nas hipóteses previstas no art. 48 da Lei nº 13.019/2014 e na Cláusula Sexta deste instrumento, comunicando o fato à OSC PARCEIRA e fixando-lhe o prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- h) analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração deste Termo e do Plano de Trabalho que lhe é parte integrante;
- i) prorrogar “de ofício” a vigência deste Termo, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- j) analisar o Relatório Final de Execução do Objeto e, se for o caso, o Relatório Final de Execução Financeira;
- k) analisar e decidir sobre a prestação de contas relativa a este Termo, nos termos do art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014 e na Cláusula Décima Terceira deste instrumento;
- l) aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso;
- m) divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo Plano de Trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
- n) exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- o) exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica – do número do ajuste e identificação do órgão ou entidade público(a) a que se referem;
- p) comunicar ao Tribunal de Contas, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência, a abertura de processo administrativo por descumprimento dos termos estabelecidos parceria, informando as cláusulas descumpridas e eventuais medidas adotadas;
- q) no caso de encerramento da parceria por decurso do prazo de vigência do termo em trâmite no TCE/SP, deverá enviar, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados do término do prazo estipulado para a OSC prestar contas do último ano-exercício, a comprovação do encerramento de todas as contas do termo, com comprovação da devida destinação dos saldos de recursos repassados, captados ou gerados em função da execução do ajuste, para aquele órgão ou para a conta do novo termo.



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

II – DA OSC PARCEIRA:

- a) executar fielmente o objeto do presente Termo, de acordo com as cláusulas pactuadas, a legislação pertinente e o Plano de Trabalho aprovado pela ENTIDADE PARCEIRA, adotando todas as medidas necessárias à correta execução desta parceria, observado o disposto na Lei nº 13.019/2014;
- b) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- c) executar o Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- d) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado neste Termo, inclusive das organizações da sociedade civil executante e não celebrantes, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;
- e) no caso de atuação em rede, comunicar à ENTIDADE PARCEIRA acerca da celebração do termo de atuação em rede, consoante art. 35-A, *caput* e parágrafo único da Lei nº 13.019/2014;
- f) aplicar os recursos financeiros transferidos pela ENTIDADE PARCEIRA exclusivamente no objeto do presente Termo e consoante discriminado no Plano de Trabalho que lhe é parte integrante;
- g) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- h) não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo inciso X do art. 167 da Constituição e pelo art. 45 da Lei nº 13.019/2014;
- i) responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019/2014;
- j) responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do Plano de Trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e § 3º do art. 46 da



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

- k) responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública quanto à inadimplência da OSC PARCEIRA em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019/2014;
- l) garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- m) observar nas aquisições e/ou contratações, a compatibilidade com o valor de mercado;
- n) utilizar os bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo em conformidade com o objeto pactuado;
- o) manter a administração pública atualizada, e prestar contas dos recursos recebidos;
- p) permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;
- q) submeter previamente à ENTIDADE PARCEIRA qualquer proposta de alteração do presente Termo e do Plano de Trabalho que lhe é parte integrante, na forma da Cláusula Décima deste instrumento;
- r) manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
- s) comunicar à ENTIDADE PARCEIRA suas alterações estatutárias, após o registro em cartório;
- t) apresentar Relatório Final de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014 e, se for o caso, o Relatório Final de Execução Financeira, conforme art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;
- u) prestar contas à ENTIDADE PARCEIRA, ao término da vigência do Termo, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019/2014;



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

- v) apresentar em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, bem como o demonstrativo das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos no período, aplicadas no objeto da parceria, conforme modelo contido no Anexo RP-10 das Instruções nº 1/20 do Tribunal de Contas;
- w) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;
- x) divulgar na *internet* e em locais visíveis da sede social da OSC PARCEIRA e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Federal nº 13.019/2014;
- y) por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo, restituir à ENTIDADE PARCEIRA os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014;
- z) indicar, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica – o número do ajuste e identificação do órgão ou entidade público(a) a que se referem.
- aa) na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, se admitido no Plano de Trabalho, dever-se-á comprovar o respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 01/09/2024 até 31/12/2024, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

I - por solicitação da OSC PARCEIRA, devidamente formulada e justificada, a ser apresentada em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela ENTIDADE PARCEIRA, mediante termo aditivo;



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

II - de ofício, por iniciativa da ENTIDADE PARCEIRA quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado, mediante certidão de apostilamento.

Parágrafo Único. A execução integral do objeto deve estar compreendida no período de vigência previsto no *caput* da presente cláusula.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do objeto deste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos financeiros no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho e a seguinte classificação orçamentária, conforme a reserva 02548/2024 de 21/08/2024:

Pré-Empenho: 02548/2023-01

FICHA	271	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.01	ADMINISTRAÇÃO GERAL
UNIDADE EXECUTORA	02.01.18	SECRETARIA DE CULTURA
FUNÇÃO	13	Cultura
SUBFUNÇÃO	392	Difusão Cultural
PROGRAMA	0016	CULTURA PARA TODOS
AÇÃO	2028	Fortalecimentos de Assistência ao 3º Setor
FONTE	01	Tesouro
ELEMENTO	3.3.50.43.00	Subvenções Sociais
VALOR	10.000,00	Dez mil reais

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros a serem transferidos no âmbito da parceria serão liberados em uma única parcela, após assinatura e a publicação do extrato do Termo no Diário Oficial, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

Parágrafo Primeiro. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

- I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC PARCEIRA em relação a obrigações estabelecidas no Termo;
- III - quando a OSC PARCEIRA deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Parágrafo Segundo. A verificação das hipóteses de retenção previstas no parágrafo primeiro ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

- I - a verificação da existência de denúncias aceitas;
- II - as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e
- III - a consulta aos cadastros e sistemas que permitam aferir a regularidade da parceria.

Parágrafo Terceiro. Em qualquer uma das hipóteses dos parágrafos acima, a OSC PARCEIRA será notificada para sanear as devidas impropriedades, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quarto. O atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida neste Termo, conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei nº 13.019/2014.

Parágrafo Quinto. A inadimplência da OSC PARCEIRA em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos referentes ao presente Termo serão depositados em contas bancárias específicas da parceria: Banco do Brasil, Agência 0857-5, Conta Corrente nº 58.579-3.



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

Parágrafo Primeiro. Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

Parágrafo Segundo. Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública.

Parágrafo Terceiro. Os rendimentos de ativos financeiros serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo e aplicados exclusivamente no objeto da parceria, mediante solicitação da OSC PARCEIRA e autorização da ENTIDADE PARCEIRA, sujeitando-se às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Parágrafo Quarto. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à ENTIDADE PARCEIRA no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.

Parágrafo Quinto. Toda movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final, devendo os pagamentos ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço.

Parágrafo Sexto. A realização de pagamentos em espécie será admitida quando demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, devidamente justificada no Plano de Trabalho aprovado.

Parágrafo Sétimo. Os recursos da parceria geridos pela OSC PARCEIRA estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

A execução das despesas relacionadas à parceria observará, nos termos de que trata o art. 45 da Lei nº 13.019/2014:

I - a responsabilidade exclusiva da OSC PARCEIRA pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

II - a responsabilidade exclusiva da OSC PARCEIRA pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública quanto à inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Primeiro. É vedado à OSC PARCEIRA:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria e diversa da estabelecida no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

III - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da ENTIDADE PARCEIRA, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

IV - pagar despesa em data posterior ao término da execução do Termo quando o fato gerador da despesa não tenha ocorrido durante sua vigência;

V - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

VI - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VII - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo OSC PARCEIRA, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado; e

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR****Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo**

VIII - realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA NONA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

As compras e contratações de bens e serviços pela OSC PARCEIRA com recursos transferidos pela administração pública adotarão métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

Parágrafo Primeiro. A OSC PARCEIRA deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração do Relatório Final de Execução Financeira, quando for o caso.

Parágrafo Segundo. Para fins de comprovação das despesas, a OSC PARCEIRA deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da OSC PARCEIRA e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Parágrafo Terceiro. Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, os itens mencionados no art. 46 da Lei 13.019/2014, com alterações dada pela Lei 13.204/2015, desde que contidos no Plano de Trabalho aprovado.

Parágrafo Quarto. A OSC PARCEIRA deverá dar ampla transparência aos valores pagos, conforme aprovado no Plano de Trabalho, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e com recursos da parceria, juntamente à divulgação dos cargos e valores.



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

Parágrafo Quinto. O pagamento de remuneração da equipe contratada pela OSC PARCEIRA com recursos destinados pela administração pública não gera vínculo trabalhista com o poder público.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO TERMO OU DO PLANO DE TRABALHO

A ENTIDADE PARCEIRA poderá autorizar ou propor a alteração deste Termo ou do plano de trabalho que lhe é parte integrante, após, respectivamente, solicitação fundamentada da OSC PARCEIRA ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, nas situações abaixo e da seguinte forma:

I – por termo aditivo à parceria para:

- a) ampliação de até trinta por cento do valor global;
- b) redução do valor global, sem limitação de montante;
- c) prorrogação da vigência; ou
- d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

II - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

- a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;
- b) ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou
- c) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global;

Parágrafo Primeiro. A parceria deverá ser alterada pela ENTIDADE PARCEIRA, por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da OSC PARCEIRA, para:

I - prorrogação da vigência, antes de seu término, quando ENTIDADE PARCEIRA tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;

II - indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

Parágrafo Segundo. Caso a alteração deste Termo ou do plano de trabalho que lhe é parte integrante seja solicitada pela OSC PARCEIRA, a ENTIDADE PARCEIRA deverá se manifestar sobre o pleito no prazo



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

de 30 (trinta) dias, contado da data de sua apresentação, ficando o prazo suspenso quando forem solicitados esclarecimentos à OSC PARCEIRA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela ENTIDADE PARCEIRA por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, devendo ser registradas.

Parágrafo Primeiro. A ENTIDADE PARCEIRA designará servidor público que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria.

Parágrafo Segundo. São obrigações do gestor da parceria:

- I - gerir, acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II - anotar as ocorrências relacionadas à consecução do objeto e adotar as medidas necessárias à regularização das falhas porventura observadas;
- III - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III - receber o Relatório Final de Execução do Objeto e, se for o caso, notificar a OSC PARCEIRA para a apresentação de Relatório Final de Execução Financeira;
- IV - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final da parceria celebrada;
- V - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

Parágrafo Terceiro. Para a implementação do disposto no *caput* desta cláusula, a ENTIDADE PARCEIRA poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR****Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo**

Parágrafo Quarto. A ENTIDADE PARCEIRA realizará visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, hipótese em que a OSC PARCEIRA deverá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

Parágrafo Quinto. Sempre que houver visita técnica *in loco*, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica *in loco*, que será registrado e enviado à OSC PARCEIRA para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da ENTIDADE PARCEIRA.

Parágrafo Sexto. A visita técnica *in loco* não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela ENTIDADE PARCEIRA, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas.

Parágrafo Sétimo. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da OSC PARCEIRA, a ENTIDADE PARCEIRA poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da OSC PARCEIRA, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC PARCEIRA até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública serão de propriedade da OSC PARCEIRA, devendo ser utilizados na continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.



Lorena
P R E F E I T U R A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERCEIRO SETOR

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

Parágrafo Primeiro. A OSC PARCEIRA poderá realizar a doação dos bens remanescentes referidos acima a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

Parágrafo Segundo. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC PARCEIRA, observados os seguintes procedimentos:

I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de dissolução da OSC PARCEIRA durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC PARCEIRA prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no término da vigência da parceria, observando-se as regras previstas nos 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, além das cláusulas constantes deste Termo e do Plano de Trabalho que lhe é parte integrante.

Parágrafo Primeiro. A prestação de contas apresentada pela OSC PARCEIRA terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam à ENTIDADE PARCEIRA concluir que o objeto da parceria foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, sendo considerada a verdade real e os resultados efetivamente alcançados.



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

Parágrafo Segundo. Na hipótese de atuação em rede, caberá à OSC PARCEIRA celebrante apresentar a prestação de contas, inclusive no que se refere às ações executadas pelas organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

Parágrafo Terceiro. Se a duração da parceria exceder 1 (um) ano, a OSC PARCEIRA deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

Parágrafo Quarto. A prestação de contas deverá ser disponibilizada nos sítios eletrônicos das parceiras, permitindo a visualização por qualquer interessado.

Parágrafo Quinto. Para fins de prestação de contas, a OSC PARCEIRA deverá apresentar, o Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC PARCEIRA.

Parágrafo Sexto. O Relatório de Execução do Objeto conterá os seguintes elementos:

- I - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- II - a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV - dados para a avaliação:
 - a) dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
 - b) do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
 - c) da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;
- V - justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso; e
- VI – consolidação de dados e estatísticas de perfil da população atendida ou beneficiada, como nacionalidade, idade, sexo e escolaridade, consoante compromisso de fomento com a execução das políticas públicas contidos neste Termo.



Lorena
P R E F E I T U R A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERCEIRO SETOR

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

Parágrafo Sétimo. Juntamente com o Relatório Final de Execução do Objeto, a OSC PARCEIRA deverá apresentar o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º do art.42.

Parágrafo Oitavo. A OSC PARCEIRA deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Parágrafo Nono. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada e serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Décimo. A análise da prestação de contas final pela ENTIDADE PARCEIRA será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado do recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto, prorrogável por até 30 (trinta) dias, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho, além de avaliar os efeitos da parceria, considerando:

- I - o Relatório Final de Execução do Objeto referido nos parágrafos precedentes;
- II - Relatório de Visita Técnica *in loco*, quando houver; e
- III- Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, quando houver.

Parágrafo Décimo Primeiro. Na hipótese de a análise de que trata o parágrafo anterior concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, a OSC PARCEIRA deverá ser notificada para apresentar Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da sua notificação, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC PARCEIRA.

Parágrafo Décimo Segundo. O Relatório Final de Execução Financeira deverá conter:



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

-
- I - a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
 - II - o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
 - III - o extrato da conta bancária específica;
 - IV - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
 - V - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
 - VI - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Parágrafo Décimo Terceiro. A memória de cálculo referida no inciso IV do parágrafo anterior deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sob reposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

Parágrafo Décimo Quarto. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes, sendo glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Décimo Quinto. A ENTIDADE PARCEIRA analisará emitirá parecer técnico conclusivo no prazo de até 90 (noventa) dias, contado do recebimento do Relatório, prorrogável por até 30 (trinta) dias, devendo a autoridade competente atestar conclusivamente, no mínimo, o conteúdo previsto na cláusula 200 das Instruções nº 1/20 do Tribunal de Contas.

Parágrafo Décimo Sexto. O parecer técnico conclusivo mencionado nos parágrafos anteriores embasará a decisão sobre a prestação de contas final e deverá manifestar-se conclusivamente pela:

- I - aprovação das contas, quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

II - aprovação das contas com ressalvas, quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, nas seguintes hipóteses:

- a) - omissão no dever de prestar contas;
- b) - descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d) - desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Parágrafo Décimo Sétimo. A OSC PARCEIRA será notificada da decisão final sobre a prestação de contas e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC PARCEIRA.

Parágrafo Décimo Oitavo. Exaurida a fase recursal, a ENTIDADE PARCEIRA:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrará as causas das ressalvas, ato que possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificará a OSC PARCEIRA para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

- a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou
- b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014, desde que a realização das ações compensatórias de interesse público não ultrapasse a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

Parágrafo Décimo Nono. Compete exclusivamente ao Prefeito Municipal autorizar o ressarcimento de que trata a alínea “b” do inciso II do parágrafo precedente.



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

Parágrafo Vigésimo. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Parágrafo Vigésimo Primeiro. Os débitos a serem restituídos pela organização da sociedade civil serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019/2014, quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho, com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a ENTIDADE PARCEIRA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC PARCEIRA as seguintes sanções:

I – advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

Parágrafo Primeiro. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC PARCEIRA no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Parágrafo Segundo. A sanção de suspensão temporárias será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da OSC PARCEIRA e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública.

Parágrafo Terceiro. Será oportunizada a apresentação de defesa prévia pela OSC PARCEIRA, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Parágrafo Quarto. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da ciência da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES

A ENTIDADE PARCEIRA e a OSC PARCEIRA deverão dar publicidade e promover a transparência das informações referentes à execução da parceria.

Parágrafo Primeiro. A ENTIDADE PARCEIRA divulgará informações referentes ao presente Termo e ao plano de trabalho que lhe é parte integrante na página oficial.

Parágrafo Segundo. A OSC PARCEIRA divulgará nos seus sítios eletrônicos oficiais e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração do presente Termo até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que tratam o art. 11 da Lei nº 13.019, de 2014.



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

Parágrafo Terceiro. No caso de atuação em rede, caberá à OSC PARCEIRA celebrante divulgar as informações do parágrafo anterior, inclusive quanto às organizações da sociedade civil não celebrantes e executantes em rede.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato deste Termo e de seus aditamentos no Diário Oficial é condição indispensável para sua eficácia e deverá ser providenciada pela ENTIDADE PARCEIRA no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura, sem prejuízo das determinações constantes nas Instruções nº 01/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Os partícipes procurarão resolver administrativamente eventuais dúvidas e controvérsias decorrentes do presente Termo. Não logrando êxito a solução administrativa, será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo o foro de Lorena/SP, com renúncia a qualquer outro.

E, por estarem assim acordadas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Lorena/SP, 30 de agosto de 2024.

.....
SYLVIO BALLERINI
Prefeito Municipal de Lorena/SP
CPF nº 581.400.348-00



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

LEANDRO DE OLIVEIRA MARQUES MEIRINHO
Secretário de Cultura
CPF nº 102.752.967-41

ILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA
Presidente da Academia Lorenense de Letras e Arte - Allarte
CPF nº 788.032.338-49

TESTEMUNHAS

PÂMELA FERNANDA WERNECK DE ASSIS SANTOS
Analista de Contrato e Licitação Contábil
CPF nº 369.099.978-24

PRISCILA APARECIDA DOMINGUES FERNANDES
Auxiliar Administrativo
CPF nº 324.394.258-69

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO –
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

**ANEXO RP-09 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO -
TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO****ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A):** Prefeitura Municipal de Lorena**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA:** Academia Lorenense de Letras e Arte - Allarte**TERMO DE FOMENTO N°(DE ORIGEM):** 14/2024**OBJETO:** O presente Termo, decorrente de Chamamento Público Inexigível, nos termos do art. 29 c/c 31, II da Lei nº 13.019/14, tem por objeto garantir o fomento com a cultura cumprindo com eficiência e efetividade as atividades propostas no Plano de Trabalho. Emenda Impositiva 84, Leis 4025/2024 e 4170/2024.**VALOR REPASSADO (1):** R\$10.000,00 (dez mil reais)**EXERCÍCIO (1):** 2024

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1 Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor, entidade beneficiária e interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

2 Damos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Lorena/SP, 30 de agosto de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Sylvio Ballerini

Cargo: Prefeito Municipal de Lorena/SP

CPF: 581.400.348-00



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO –
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Sylvio Ballerini

Cargo: Prefeito Municipal de Lorena/SP

CPF: 581.400.348-00

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: Ildebrando Pereira da Silva

Cargo: Presidente

CPF: 788.032.338-49

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Leandro de Oliveira Marques Meirinho

Cargo: Secretário de Cultura

CPF: 102.752.967-41

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: Ildebrando Pereira da Silva

Cargo: Presidente

CPF: 788.032.338-49

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Responsável pelo Monitoramento

Nome: Jonathan Willian Silva

Cargo: Diretor Especial de Cultura

CPF: 486.902.588-41

Assinatura: _____

(1) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.

(*) O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*



Lorena
P R E F E I T U R A

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO –
TERCEIRO SETOR**

Prefeitura de Lorena – Estado de São Paulo

DECLARAÇÃO

(Art. 178, X, XX, XXI e XXII, das Instruções nº 01/2020)

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): Município de Lorena/SP

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: Academia Lorenense de Letras e Arte - Allarte

TERMO DE FOMENTO Nº(DE ORIGEM): 14/2024

OBJETO: O presente Termo, decorrente de Chamamento Público Inexigível, nos termos do art. 29 c/c 31, II da Lei nº 13.019/14, tem por objeto garantir o fomento com a cultura cumprindo com eficiência e efetividade as atividades propostas no Plano de Trabalho. Emenda Impositiva 84, Leis 4025/2024 e 4170/2024.

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, na forma do art. 178, X, XX, XXI e XXII, das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que as exigências contidas nos incisos II, III, VI e VII do art. 34 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, a seguir arroladas, foram cumpridas e que a documentação pertinente se encontra à disposição deste Tribunal de Contas para verificação: certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado; certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial; relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles; e comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado.

Também declaro(amos), a compatibilização e à adequação das despesas da parceria aos dispositivos dos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Lorena/SP, 30 de agosto de 2024.

ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO: Município de Lorena/SP

E-mail institucional: prefeito@lorena.sp.gov.br

E-mail pessoal: sylvinhoballerini2021@gmail.com

SYLVIO BALLERINI

Prefeito Municipal de Lorena/SP

CPF nº. 581.400.348-00

LEANDRO DE OLIVEIRA MARQUES MEIRINHO

Secretário de Cultura

CPF nº 102.752.967-41

JAHU**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAHU**

HOMOLOGAÇÃO
CONSIDERANDO os autos do processo licitatório referente ao Chamamento Público nº 005/2024, cujo objeto é CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, PARA OS PACIENTES DO SUS DO MUNICÍPIO DE JAHU, ATENDIDOS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE proveniente do Processo Administrativo nº 030007451/2023-PG;
CONSIDERANDO o relatório de Sessão, no qual as empresas: DALAVALLE & SANTOS LABORATÓRIO LTDA, CNPJ nº 02.427.809/0001-20, ATENDEU a todos os requisitos editalícios. JAVARINI ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, CNPJ nº 44.168.817/0001-49, ATENDEU a todos os requisitos editalícios. LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DR. GAMBARINI, CNPJ nº 48.348.460/0001-31, ATENDEU a todos os requisitos editalícios.

CONSIDERANDO que o referido processo foram respeitadas todas as medidas legais nos termos de que preceituam as Leis nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 8.637, de 28 de dezembro de 2023, e demais legislações pertinentes, e

CONSIDERANDO a inexistência de recursos interpostos válidos.

RESOLVE:
I – ADJUDICAR E HOMOLOGAR o procedimento licitatório, referenciado, com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/21;

II – DETERMINAR que a empresa vencedora seja convocada para a assinatura das Atas de Registro de Preços, e

III – PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da lei. Jahu, 30 de agosto de 2024.

TELMAR RENATA MARQUES DE FREITAS DUARTE
SECRETÁRIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO
CONSIDERANDO os autos do processo licitatório referente a Concorrência Eletrônica nº 008/2024, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E ACESSÓRIOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO DISTRITO DE POTUMUNDA, proveniente do Processo Administrativo nº 030000512/2024-PG-3

CONSIDERANDO o relatório de Sessão, no qual as empresas: SINERGIA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 28.182.842/0001-20, sagrou-se vencedora para o único lote, no valor total de R\$ 129.035,74 (cento e vinte e nove mil, trinta e cinco reais e setenta e quatro reais).

CONSIDERANDO que o referido processo foram respeitadas todas as medidas legais nos termos de que preceituam a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 8.637, de 28 de dezembro de 2023, e demais legislações pertinentes, e CONSIDERANDO a inexistência de recursos interpostos válidos.

RESOLVE:
I – ADJUDICAR E HOMOLOGAR o procedimento licitatório, referenciado, com fundamento nos artigos 71, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021 e 8º, Art. 2º, I, do Decreto Municipal nº 8637/2023;

II – DETERMINAR que a empresa vencedora seja convocada para a assinatura do contrato;

III – PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da lei. Jahu, 30 de agosto de 2024.

TELMAR RENATA MARQUES DE FREITAS DUARTE
SECRETÁRIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

JALES**PREFEITURA MUNICIPAL DE JALES**

AVISO DE LICITAÇÃO
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES - SP, avisa que se encontram abertas as inscrições à licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, registrado sob o nº 52/2024, cujo objeto é Registro de preço para eventual aquisição de material elétrico e eletrônico, para diversos setores, pelo período de 12 (doze) meses, com entrega parcelada, conforme Termo de Referência – Anexo I, sendo o seu encerramento às 08 horas e 30 minutos do dia 18 de setembro de 2024, com a abertura das propostas às 08h45 minutos do mesmo dia. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter mais informações junto a Divisão de Licitações, Compras e Contratos da Prefeitura do Município de Jales - SP, sito na Rua Cinco, nº 2.266, Centro, ou pelo telefone (17) 3622-3000 - Ramal 3005 ou 010, no horário normal do expediente. O Edital completo e demais elementos que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, no site www.jales.sp.gov.br e na plataforma BLL www.bllcompras.org.br, bem como no Portal Nacional de Compras Públicas, podendo ser retirados gratuitamente. Jales - SP, aos 30 de agosto de 2024. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA - PREFEITO.

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2024 PROCESSO Nº 131/2024. O Exmo. Senhor Prefeito Municipal, LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, vem no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina o art. 74, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas posteriores alterações, e considerando o que consta do presente processo administrativo, face a justificativa apresentada, RATIFICAR a declaração de Inexigibilidade de Licitação para a contratação da empresa COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, para prestação de serviços técnicos de informática relativos à cessão de informações do banco de dados do DETRAN para o processamento de multas de trânsito, com fundamento no artigo 74, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações, sendo que a respectiva contratação perfaz um valor global de R\$ 187.920,00 (cento e oitenta e sete mil, novecentos e vinte reais), determinando assim, que se proceda a publicação do devido extrato desta RATIFICAÇÃO. Notifique-se a supracitada empresa para celebração do respectivo contrato/empenho, Ciência aos interessados. Publique-se. Jales - SP, aos 19 de agosto de 2024. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA - Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jales-SP. CONTRATADA: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP. ASSINATURA: 06/08/2024 OBJETO: Contratação de empresa, para prestação de serviços técnicos de informática relativos à cessão de informações do banco de dados do DETRAN para o processamento de multas de trânsito. VALOR: R\$ 187.920,00 (cento e oitenta e sete mil, novecentos e vinte reais) MODALIDADE: Inexigibilidade nº 14/2024 - Processo nº 131/2024 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Jales, aos 22 de agosto de 2024. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES - SP, avisa que se encontram abertas as inscrições à licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, registrada sob o nº 56/2024 que objetiva a Aquisição de Embarcação, Motor de Popa e Carreta Rodoviária, para o Corpo de Bombeiros do Município de Jales, conforme Termo de Referência - Anexo I, para entrega em até 30 dias, sendo seu encerramento às 08h30min do dia 19 de setembro de 2024, com a abertura das propostas às 08h45min do mesmo

dia. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto à Divisão de Licitações, Compras e Contratos da Prefeitura do Município de Jales - SP, sito na Rua, Cinco, nº 2.266, Centro, nesta, ou pelo telefone (17) 3622-3000 - Ramal 3016 ou 3005, no horário normal do expediente. O Edital completo e demais elementos que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, no site www.jales.sp.gov.br, na plataforma BLL www.bllcompras.org.br, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser retirados gratuitamente. Jales - SP, 30 de agosto de 2024. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA - PREFEITO

JAMBEIRO**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO**

AVISO DE RETORNO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3630/2023 - CONCORRÊNCIA Nº 007/2024. A Prefeitura Municipal de Jambéiro torna pública a abertura de uma sessão pública para realização da fase de lances na Concorrência Eletrônica 007/2024 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO VESTIÁRIO MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. A empresa RM & MOLLON CONSTRUTORA LTDA - ME apresentou recurso. Publicada a o aviso de recurso e não houve apresentação de contrarrazão. Fica as empresas notificadas que a sessão pública se realizará no dia 04/09/2024 às 14:00 horas. Maiores informações através do telefone (12) 3978-2600.

ATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA. Nos termos do constante no parecer do Setor Jurídico, AUTORIZO O ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, referente ao Processo Administrativo nº 1998/2024 – Inexigibilidade de Licitação nº 010/2024, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, para CONTRATAÇÃO DA DUPLA PEDRO PAULO E ALEX PARA APRESENTAÇÃO DO RODEIO DE JAMBEIRO NO DIA 29/09/2024, NOS TERMOS DO ART. 74, II, DA LEI FEDERAL 14.133/2021, à empresa PRESSÃO PRODUTOS ARTÍSTICOS LTDA inscrita no CNPJ sob o número 44.412.410/0001-15, sediada Rua Benjamin de Oliveira Abbadie, nº 360, Quadra 06, Lote 23, Jardim Moyses Miguel Haddad, CEP: 15.093-140, do Rio Preto/SP, com valor total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para execução dos serviços.

JARDINÓPOLIS**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS**

Departamento de Licitações
Rescisão e Convocação
Processo 85/2024 Pregão Eletrônico 29/2024 Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle de manuseio preventivo e corretivo, incluindo fornecimento de peças de reposição, acessórios, socorro mecânico, transporte por guincho, lavagem/higienização dos veículos que compõem a frota da Prefeitura do Município de Jardinópolis/SP ou de veículos com autorização legal de uso, com implantação, intermediação, administração e operação por meio de sistema informatizado e integrado, via internet, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência. A Prefeitura comunica que fica rescindido o contrato com a empresa HALF BENEFÍCIOS LTDA ME, CNPJ: 43.091.320/0001-07, fica a reabertura da sessão para o dia 02/09/2024 às 14:00 horas. Informações poderão ser obtidas no endereço eletrônico pregaoeletronico@jardinopolis.sp.gov.br

JARINU**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços nº 035/2024 - Data: 26/08/2024 - Processo nº 099/2024 - Objeto: Registro de Preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra especializada na conservação e manutenção de vias públicas pavimentadas "tapa buracos", por tonelação de concreto asfáltico aplicado, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos - Contratada: Mirante Multiserviços Ltda. EPP - Valor: R\$ 740.000,00 - Vigência: 12 (doze) meses - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 024/2024
Ata de Registro de Preços nº 036/2024 - Data: 30/08/2024 - Processo nº 080/2024 - Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição parcelada de materiais de infraestrutura, para atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos - Contratada: Multi-Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP - Valor: R\$ 712.720,00 - Vigência: 12 (doze) meses - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 026/2024
Ata de Registro de Preços nº 037/2024 - Data: 30/08/2024 - Processo nº 080/2024 - Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição parcelada de materiais de infraestrutura, para atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos - Contratada: A2R Brasil Ltda. ME - Valor: R\$ 1.237.417,50 - Vigência: 12 (doze) meses - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 026/2024
Ata de Registro de Preços nº 038/2024 - Data: 30/08/2024 - Processo nº 080/2024 - Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição parcelada de materiais de infraestrutura, para atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos - Contratada: S.S. Osman Comercio e Serviços Ltda. ME - Valor: R\$ 870.820,00 - Vigência: 12 (doze) meses - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 026/2024
Ata de Registro de Preços nº 039/2024 - Data: 30/08/2024 - Processo nº 080/2024 - Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição parcelada de materiais de infraestrutura, para atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos - Contratada: BSA Soluções Integradas Ltda. ME - Valor: R\$ 399.187,50 - Vigência: 12 (doze) meses - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 026/2024
Ata de Registro de Preços nº 040/2024 - Data: 30/08/2024 - Processo nº 080/2024 - Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição parcelada de materiais de infraestrutura, para atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos - Contratada: Casamex Comercial e Serviços Ltda. - Valor: R\$ 596.250,00 - Vigência: 12 (doze) meses - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 026/2024

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 040/2024 - Data: 26/08/2024 - Processo nº 147/2024 - Objeto: contratação de sessões terapêuticas denominadas Equoterapia, visando atender as ações judiciais e demais demandas da Secretaria Municipal de Saúde - Contratada: Cátia Seleni Biasini Alberico - Valor: R\$ 52.800,00 - Vigência: 12 (doze) meses - Modalidade: Dispensa de Licitação com fulcro no Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Contrato nº 041/2024 - Data: 26/08/2024 - Processo nº 152/2024 - Objeto: contratação de sessões terapêuticas denominadas Hidroterapia, visando atender as ações judiciais e demais demandas da Secretaria Municipal de Saúde - Contratada: Acquali Clínica de Fisioterapia e Estética Ltda. ME - Valor: R\$ 57.600,00 - Vigência: 12 (doze) meses - Modalidade: Dispensa de Licitação com fulcro no Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Jarinu, 30 de agosto de 2024.
Márcia Aparecida Adomaitis - Secretária Municipal de Administração

JOANÓPOLIS**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOANÓPOLIS**

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência nº 003/2024, Processo nº 93/2024. Tipo: menor valor global. Objeto: Contratação de empresa especializada em obra de infraestrutura urbana sendo essas a pavimentação em laje de concreto e execução de guias e sarjetas. Modalidade: empreita global, com fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução do objeto. Contratação necessária a realização do convênio que entre si celebrou o estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Governo e Relações Institucionais e o município de Joanópolis, convênio nº 100890/2024. Este se destina a pavimentação em laje de concreto e execução de guias e sarjetas na Rua Expedito da Costa, Bairro Centro, neste município de Joanópolis. A sessão será aberta às 09h00min do dia 17 de setembro de 2024, na plataforma eletrônica www.portaldedescompraspublicas.com.br. O edital na íntegra poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações ou através dos sites www.joanopolis.sp.gov.br e www.portaldedescompraspublicas.com.br. Rafaeli Romão Leite - Chefe do Setor de Licitações.

JUQUITIBA**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA**

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR
A Prefeitura do Município de Jucituba torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberta a CHAMADA PÚBLICA Sob nº 07/2024, cujo objeto é a Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para Atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. O encerramento para a apresentação dos envelopes será às 10h00min, do dia 23/09/2024. Disponibilização do edital no endereço eletrônico www.juquitiba.sp.gov.br, no Setor de Licitações, sito a Rua Jorge Victor Vieira, nº 63, Centro, Juquitiba, ou solicitar via email: licitacao@juquitiba.sp.gov.br

Juquitiba, 30 de agosto de 2024.
Aryes Scorsatto - Prefeito Municipal

LAGOINHA**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOINHA**

DISPENSA Nº 023/2024 - INTENÇÃO DE DISPENSA. A Prefeitura Municipal de Lagoinha, em conformidade com Art. 75, inciso II - da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a Administração Municipal pretende realizar a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR OFICINEIROS - TEATRO, PARA O PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL NAS ESCOLAS, podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preços e Habilitação até 05/09/2024 às 23h59min. A documentação deverá ser protocolada exclusivamente através do e-mail: licitacao@lagoinha.sp.gov.br até a data e horário limite. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial da Prefeitura Municipal ou através do e-mail: licitacao@lagoinha.sp.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, sito a Rua Amador Alves de Oliveira, S/N - Centro - Lagoinha - SP, no horário das 09h às 16h 00 de segunda a sexta-feira, TIAGO MAGNO DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

LIMEIRA**PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA**

EDITAL 22/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67.669/2024
OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES GASTROINTESTINAIS PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 17/09/2024 às 09:30 horas.
EDITAL 160/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 142/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29.719/2024
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITAIS PADRONIZADOS NO SIAM E PRONTO ATENDIMENTO
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 17/09/2024 às 09:30 horas.
Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira www.limeira.sp.gov.br.
Limeira, 30 de agosto de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos

LORENA**PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA**

Aviso de Licitação
EDITAL RERRIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2024 - PROCESSO Nº 348/2024
O Município de Lorena-SP torna público a Rerratificação de Edital da Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, cujo objeto é a Aquisição de equipamentos, tais quais equipamentos médicos e terapêuticos, mobiliário, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, para Centro de Esterilização - CEA - e para o Centro Especializado em Reabilitação - CER, para atendimento dos municípios de Lorena. A alteração ocorreu no descritivo dos itens que consta na tabela da cláusula 1.1 do Anexo I - Termo de Referência no Edital. O restante permanece inalterado.

Do dia 02 de setembro de 2024 ao dia 16 de setembro de 2024 até às 08h00 (Horário de Brasília), a Prefeitura de Lorena estará recebendo as Propostas de Preços referentes a esta Licitação, no Endereço Eletrônico: <https://www.licitalorenasp.com.br/home.js?sessionid=TR6imQH8im92dUuf7s6EmjNlJMHC3j-1p7231-20-1557WindowId=7ed1>. A Abertura das Propostas acontecerá no dia 16 de setembro de 2024 às 08h05 (Horário de Brasília) e o início da Sessão de Disputa de Lances ocorrerá a partir das 09h00 do mesmo dia (Horário de Brasília). Informações: 221 3185-3000, ramal 3041 ou 3046, das 09h às 17h, no site: www.lorenasp.gov.br

EXTRATO DE PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR – EMENDAS IMPOSITIVAS - LEIS 4.025/2024 E 4.170/2024

O Município de Lorena/SP, CNPJ nº 47.563.739/0001-75 e as entidades: - Abrigo Maria de Nazaré, - Academia de Letras e Artes, - Academia Lorenense de Letras e Arte, - Aldeias Infantis SOS Brasil, - APM Francisco Marques de Oliveira Junior, - APM Gabriel Prestes, - Associação Aldeias de Vida, - Associação Amigos do Próximo, - Associação Amigos do Biclismo Lorena, - Associação Atlética Ligeirinho de Lorena, - Associação de Atendimento à Criança e ao Adolescente de Lorena, - Associação de Ciclismo de Lorena, - Associação Jesus na Quadra Escolinha de Vôlei Pe Ordilei Fernandes, - Associação Junonim Goni, - Associação Projeto Viva, - Caritas Diocesana De Lorena, - Casa do Purismo Coração de Maria – CEMARI, - Coral Maria De Nazaré, - Espaço Emilia Geronimi, - Grupo de Esportes Guayacare, - Instituto Família Futura, - IST Parque Tecnológico, - Moçambique São Benedito, - Liceu Coração de Jesus, - Serviço de Obras Sociais - União Operário Futebol Clube, - Vila Vicentina de Lorena, - Vila Vicentina Sagrada Família e - João D'Arc Esporte

Clube, por meio das Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Esporte, celebram parcerias provenientes de Emendas Parlamentares Municipais, Leis 4.025/2024 e 4.170/2024. Data de assinatura: 30/08/2024.

LOUVEIRA**PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA**

AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Louveira informa que realizará o Pregão Eletrônico nº 092/2024, objetivando a aquisição de viatura tipo motocicleta para a Guarda Municipal, no dia 16 de setembro de 2024, às 09h00 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na sede do município, nos endereços eletrônicos www.novobolmet.com.br e www.louveira.sp.gov.br. Outras informações pelo telefone (19) 3878-9700. Louveira, 30 de agosto de 2024. KLEBER RODRIGO DOS SANTOS ARRUDA - Secretário de Administração.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Extrato do Contrato nº 082/2024 – Processo nº 155/2024 – Contratante: Município de Louveira – Contratada: L O U CONS-TRUCOES LTDA – Objeto: Contratação de empresa especializada em reforma predial para o prédio da Vigilância Sanitária – Valor: R\$ 115.042,34 - Código de recurso e fonte: 01.08.01.10.301.00 29.2041.3.3.90.39.00 – Modalidade: L01 02/2024 – Vigência: 60 dias – Assinatura: 28/08/2024.

Louveira, 30 de agosto de 2024. Kleber Rodrigo dos Santos Arruda – Secretário de Administração.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 141/2024
Pregão Eletrônico nº 085/2024
Objeto: Registro de preço para fornecimento de gás GLP em botijões P13.

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, com base no artigo 71, em face do constante nos autos e, após análise, venho REVOGAR a presente licitação. Louveira, 30 de Agosto de 2024. Estenislau Steck - Prefeito Municipal.

LUCÉLIA**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCÉLIA**

AVISO DE LICITAÇÃO (RESUMIDO)
PROCESSO Nº 131/2024.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por ITEM
SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PUBLICAÇÃO – Diário Eletrônico Municipal (resumo do Edital), Site www.lucelia.sp.gov.br (Edital completo), Mural da Prefeitura Municipal de Lucélia, localizado no térreo do Paço Municipal na Avenida Brasil, nº 1.101, Lucélia/SP (resumo do Edital), Plataforma da BLL COMPRAS, (<https://bll.org.br>), PNCP – PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS – (<https://www.gov.br/pnccp>)
Objeto: O objeto da presente licitação está acrescido no registro de preços para a aquisição de ração para suprimento do Canil Municipal do município de Lucélia. A Secretaria de Saúde e Saneamento é responsável pelo fornecimento de alimentação dos animais que estão sob os cuidados da Prefeitura Municipal de Lucélia devido à ordem judicial ou encontrados em vias públicas, que estão aguardando adoção. A aquisição dos itens é necessária para a manutenção diária desses animais e será utilizada na sua alimentação.

ENCERRAMENTO: 17/09/2024, às 09h00min.
O texto completo da presente licitação, onde constam todas as informações relativas ao Pregão Eletrônico nº 32/2024 – Processo nº 131/2024, bem como quaisquer esclarecimentos, poderão ser obtidos pessoalmente junto ao Setor de Licitação desta Prefeitura Municipal, sito à Avenida Brasil, nº 1.101 (centro), nesta cidade de Lucélia (SP), através do telefone (0XX18) 3551-9200, e-mail lucellalicitacao@gmail.com de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h30min horas e das 13h00min às 17h00min.

Lucélia/SP, 29 de Agosto de 2024.
Tatiana Guilherme Tazinazio
Prefeita

LUIZIÂNIA**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIÂNIA**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2024 - PROCESSO Nº 059/2024 - Rogério Cervigne Barreto, Prefeito Municipal de Luizânia, torna público que, em conformidade ao artigo 71, IV da Lei Federal nº 14.133/21, ADJUDICA o objeto AQUISIÇÃO DE UM GRUPO GERADOR À DIESEL, MONTADO EM CONTAINER, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 72 KVA (STANDBY) E 58KVA (PRIME) TRIFÁSICO, COM FATOR DE POTÊNCIA 0,8, NA TENSÃO DE 220V/127VCA, pelo valor de R\$ 73.950,00, em favor da empresa BIANCA DACAL LOPES, inscrita no CNPJ nº 35.136.978/0001-60. HOMOLOGA a licitação formalizada na modalidade Pregão Presencial nº 011/2024, Processo nº 059/2024, Prefeitura Municipal de Luizânia, 02 de setembro de 2024. Rogério Barreto Cervigne - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura do Município de Luizânia - SP, comunica aos interessados a PUBLICAÇÃO DO EDITAL 053/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024 - Processo nº 064/2024 - OBJETO: Aquisição de Massa Asfáltica e Rejeito Asfáltico, conforme constante do termo de referência. INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 02 de setembro de 2024 às 8h. TÉRMINO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 17 de setembro de 2024 às 08h15. Local: <http://164.163.237.199:8079/comprasedita/>. O Edital completo no site da Prefeitura e demais informações no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00. Luizânia - SP, 29 de agosto de 2024 – Rogério Cervigne Barreto - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura do Município de Luizânia - SP, comunica aos interessados a PUBLICAÇÃO DO EDITAL 046/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024 - Processo nº 054/2024 - OBJETO: Aquisição de quatro veículos 0 KM (menor preço). INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 02 de setembro de 2024 às 8h. TÉRMINO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 17 de setembro de 2024 às 8h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 17 de setembro de 2024 às 10h. Local: <http://164.163.237.199:8079/comprasedita/>. O Edital completo no site da Prefeitura e demais informações no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00. Luizânia - SP, 29 de agosto de 2024 – Rogério Cervigne Barreto - Prefeito Municipal.

MAIRIPORÃ**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORÃ**

AVISO DE LICITAÇÃO – REDESIGNAÇÃO DE DATA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2024, Processo 11.919/2024. Tipo: Menor Preço Global. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS